

**observatório
universitário**

Niterói Cidade Universitária

Documento de Trabalho nº 30

*Edson Nunes
Enrico Martignoni
Márcia Marques de Carvalho*

Março de 2004



O Observatório Universitário, é um núcleo do instituto Databrasil – Ensino e Pesquisa, que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior.

O Observatório Universitário alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série Documentos de Trabalho tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

Observatório Universitário

Databrasil – Ensino e Pesquisa

Autoria

Edson Nunes

enunes@databrasil.org.br

Enrico Martignoni

emartignoni@databrasil.org.br

Márcia Marques de Carvalho

mmcarv@databrasil.org.br

Coordenação

Edson Nunes

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Equipe Técnica

Ana Beatriz Gomes de Mello Moraes

André Magalhães Nogueira

David Moraes

Enrico Martignoni

Fabiana Coutinho Grande

Helena Maria Abu-Mehri Barroso

Leandro Molhano Ribeiro

Márcia Marques de Carvalho

Wagner Ricardo dos Santos

Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro

20011-901 – Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax.: (21) 3221-9550

e-mail: observatório@observatoriouniversitario.org.br

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

SUMÁRIO

<u>1. A VALORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ALGUMAS ESPECULAÇÕES</u>	4
<u>2. NITERÓI: INDICADORES QUE EXPLICAM AS CARACTERÍSTICAS DO ENSINO SUPERIOR</u>	10
I. POPULAÇÃO	10
II. PIB	14
III. RENDA	14
IV. MÃO-DE-OBRA MIGRANTE E POSICIONAMENTO GEOGRÁFICO	17
<u>3. NITERÓI: DADOS DO ENSINO SUPERIOR NITERÓI EM PERSPECTIVA COMPARADA</u>	19
SOBRE O(S) AUTOR(ES)	23
<u>DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO</u>	24

1. A valorização do ensino superior no Brasil: algumas especulações¹

O período de 1992 a 2001 foi um período relativamente de baixo crescimento, apesar das oscilações do PIB, e foi acompanhado por um aumento da produtividade por parte das empresas, que visavam tornar os produtos mais competitivos em função da abertura econômica iniciada por Collor. Essa combinação, baixo crescimento e aumento de produtividade sacrificaram a geração de empregos e conseqüentemente elevou a taxa de desemprego, provocou mudança na composição setorial das ocupações e o aumento da informalidade nas relações trabalhistas. Enquanto isso, o parque educacional superior crescia ignorando o baixo crescimento da economia, e tendo como locomotiva o setor privado impulsionador dessa disseminação de vagas. Porém, num quadro de queda de atividade econômica, os mais inexperientes e os menos escolarizados são os que mais sofrem para obter uma colocação no mercado de trabalho, e nesse caso os jovens foram os mais castigados.

Segundo Bercovich, Madeira e Torres (2000), usando como referência o Estado de São Paulo,

Um bom exemplo é a diminuição da procura pelo office-boy, em conseqüência da generalização do uso do computador e do fax e da terceirização das entregas, agora a cargo de motoqueiros. Aliás, a informatização do sistema bancário já causou um forte impacto nos níveis de desemprego juvenil (BERCOVICH, MADEIRA e TORRES, 2000. pág. 6).

Outro fator importante reflexo do aumento do desemprego juvenil é o aumento da inatividade dos jovens, a elevada taxa de desemprego para este

¹ Trabalho apresentado no seminário Niterói 2008 - O Futuro É Agora, Rio de Janeiro, 7 de março de 2004.

segmento populacional está levando muitos jovens a não buscar mais o trabalho. Segundo Bercovich, Madeira e Torres (2000),

É provável que diante da dificuldade de encontrar uma atividade minimamente compatível com seu nível de escolaridade, o jovem opte por continuar estudando, excetuando somente trabalhos esporádicos. Afinal, dado o aumento das exigências por educação formal no mercado de trabalho, é possível que esta aposta na escola tenha retorno. (BERCOVICH, MADEIRA e TORRES, 2000. pág. 6).

Pastore e Silva (2000) afirmam que a educação é o mais importante determinante das futuras trajetórias sociais dos brasileiros e, mais do que nunca, adquire capital relevância no posicionamento socioeconômico das pessoas na hierarquia social.

Dividindo os trabalhadores em três categorias segundo a quantidade de anos estudos, baixa educação formal (menos de 9 anos de estudo), média educação formal (de 9 a 11 anos de estudo) e alta educação formal (12 anos de estudo e mais), observamos que a renda² média é mais elevada para os mais escolarizados e o risco de ficar desempregado é maior para as pessoas com educação média formal.

Tabela 01

Categorias	Taxa de desemprego	Renda média*
<i>Todos os trabalhadores</i>	9,4%	758,89
Nível de Instrução		
<i>Baixa instrução formal</i>	8,9%	272,79
<i>Média instrução formal</i>	12,1%	615,80
<i>Alta instrução formal</i>	5,4%	2143,93
Faixa Etária		
<i>25 a 34 anos</i>	9,0%	524,43
<i>35 a 49 anos</i>	5,7%	775,24
<i>50 a 65 anos</i>	4,2%	801,64
Fonte: PNAD 2001		
* Valores inflacionados pelo INPC para fevereiro de 2004		

² A renda utilizada na tabela 1 é renda pessoal de todas as fontes.

A tabela 01 mostra que a diferença de renda entre nível de instrução é grande e confirma a afirmação de Pastore e Silva. A renda média das pessoas com alta instrução formal é 3,4 vezes maior que as pessoas com média instrução, e 7,8 vezes maior em relação às pessoas com baixa instrução formal. Além disso, a taxa de desemprego é menor para as pessoas mais escolarizada e mais perversa para as pessoas com educação formal média. Resumindo imprecisamente, fazer uma faculdade ainda é quase uma garantia de emprego com uma remuneração maior.

O avanço da idade reduz o risco de ficar desempregado e aumenta os rendimentos pessoais. A categoria mais jovem além de perceber menores rendimentos se defronta com uma taxa de desemprego mais elevada. Essas diferenças sugerem um aumento da renda com a escolaridade e a experiência.

Tabela 02

Nível de instrução	Idade categorizada	Média	N
Baixa instrução formal	25 a 34 anos	298,15	15.851.114
	35 a 49 anos	394,72	21.640.364
	50 a 65 anos	450,36	15.224.590
Média instrução formal	25 a 34 anos	581,21	7.099.212
	35 a 49 anos	1.317,76	6.599.559
	50 a 65 anos	1.384,99	1.925.381
Alta instrução formal	25 a 34 anos	1.426,01	2.882.551
	35 a 49 anos	2.461,12	3.793.713
	50 a 65 anos	2.917,67	1.565.689

Fonte: PNAD 2001

* Valores inflacionados pelo INPC para fevereiro de 2004

A tabela 02 ajuda a observar as diferenças com maior precisão. Ela mostra o aumento do rendimento para os mais escolarizados vis-à-vis os menos

escolarizados e dos mais velhos em relações os mais novos. Em razão disso, a categoria dos mais escolarizados e dos mais velhos percebem uma renda mais elevada entre todas as outras e os menos remunerados são justamente os mais jovens de baixa instrução formal. Em termos quantitativos, dos 76 milhões de pessoas contempladas nesse recorte qualitativo, aproximadamente 52 milhões tem um nível baixo de educação formal, isso significa 68,8% do total. Apenas 10,8% do total tem uma elevada educação superior, ou seja, cerca de 8 milhões.

A taxa de penetração é um bom indicador para medir a capacidade do parque educacional de absorver o estoque de pessoas de um ano para o outro. Operacionalmente significa dividir o número de pessoas com t+1 anos de estudo com o total de pessoas com t anos de estudo. A taxa ideal deveria estar próxima de 100% principalmente no ensino fundamental, já que indica que todas as pessoas estão passando de ano e que as discrepâncias estariam associadas às oscilações das componentes demográficas. No Brasil a taxa de penetração no ensino superior é de 9,2%, ou seja, para cada 100 pessoas com o ensino médio completo, em fluxo ou no estoque, apenas 9 terão o direito de ingressar na faculdade em um determinado ano. É claro que essa taxa tende aumentar a partir do momento que faço restrições dentro do grupo de pessoas com o ensino médio. As cotas, por exemplo, elevam a taxa de penetração dos negros em detrimento das demais raças. A região Sul e o Estado de São Paulo têm as maiores taxas e o Norte e o Nordeste, nessa ordem, as piores. Nas regiões mais pobres a penetração é baixa, pois basicamente uma minoria tem condições de arcar com o ensino privado, ficando com o setor público a tarefa de escolarizar. Em Estados mais ricos as opções aumentam mesmo se o setor público não for tão presente. A capacidade de arcar, com recursos próprios ou com financiamento, o pagamento das mensalidades é maior em áreas desenvolvidas onde os rendimentos são maiores. Conseqüentemente, não é surpresa observar as regiões Sul e Centro Oeste, bem como o Estado de São Paulo exibir taxas superiores à média nacional.

Tabela 3

Taxa de penetração do ensino médio e no ensino superior segundo áreas selecionadas para pessoas com idade entre 18 e 49 anos em 2001							
Anos de estudo	Norte	Nordeste	Sudeste s/São Paulo	São Paulo	Sul	Centro Oeste	Total
8 anos	503.061	1.611.037	2.063.477	2.396.891	1.478.909	572.706	8.626.081
9 anos	223.995	662.530	574.574	626.017	388.826	218.903	2.694.845
10 anos	256.718	859.423	779.585	903.871	523.419	273.924	3.596.940
11 anos	1.019.623	3.525.484	3.833.480	4.739.904	2.480.494	1.183.370	16.782.355
12 anos	60.556	221.588	305.195	495.745	344.877	117.713	1.545.674
Taxa de penetração no ensino médio	44,5%	41,1%	27,8%	26,1%	26,3%	38,2%	31,2%
Taxa de penetração no ensino superior	5,9%	6,3%	8,0%	10,5%	13,9%	9,9%	9,2%

A taxa de penetração do ensino médio mostra que São Paulo, a Região Sul e a Região Sudeste menos São Paulo retém muitas pessoas no ensino fundamental., enquanto as regiões pobres impõem uma taxa superior a 40%. Áreas desenvolvidas tende a atrair precocemente os jovens para o mercado de trabalho o que dificulta assim a sua evolução no sistema de ensino formal. Criar mecanismos que permita o aluno trabalhador não abandonar os estudos e incentivar a volta à escola é o desafio das áreas desenvolvidas.

Tabela 4

Distribuição da vulnerabilidade das pessoas com 11 anos de estudo por regiões selecionadas em 2001				
Região	Vulnerável (a)	Não vulnerável (b)	Total (c)	Participação (a)/(c)
Norte	617.501	482.527	1.100.028	56,1%
Nordeste	2.397.368	1.485.436	3.882.804	61,7%
Sudeste s/São Paulo	1.803.007	2.527.291	4.330.298	41,6%
São Paulo	1.712.924	3.368.198	5.081.122	33,7%
Sul	977.672	1.771.029	2.748.701	35,6%
Centro Oeste	548.389	748.046	1.296.435	42,3%
Total	8.056.861	10.382.527	18.439.388	43,7%

A tabela 4 reforça o argumento de que regiões desenvolvidas têm uma maior taxa de penetração no ensino superior. A vulnerabilidade neste trabalho é entendida como a incapacidade de se fazer algo em função de uma renda per capita familiar abaixo de uma determinada quantia. Para esse trabalho, de forma ainda especulativa pelo fato de não estender a noção de incapacidade a outras variáveis explicativas, adotou-se um recorte de 1,5 salário mínimo da renda familiar por pessoa. Observa-se que as regiões com participações maiores de pessoas mais vulneráveis a não cursar o ensino superior é maior em áreas que possuem baixa taxa de penetração no ensino superior.

Na ausência do Governo, o crescimento do ensino superior se dá via setor privado, tornando o estudo da demanda potencial importante para entender os movimentos de expansão do sistema educacional.

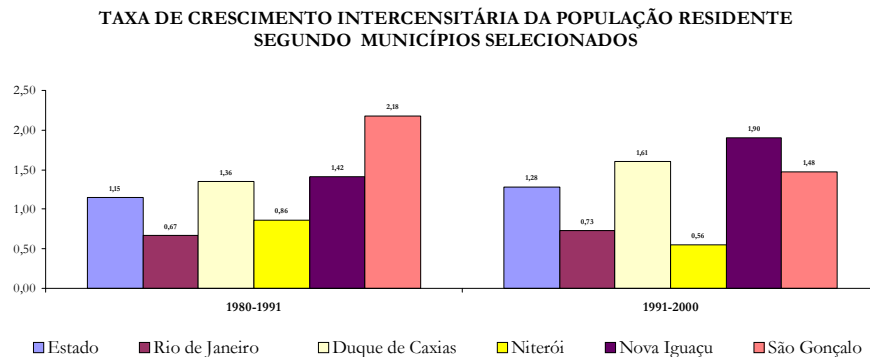
2. Niterói: indicadores que explicam as características do ensino superior

I. População

O crescimento da população residente no Estado do Rio de Janeiro revelou um ligeiro aumento entre os dois períodos censitários, no entanto ainda é um dos menores quando se coteja com as demais Unidades da Federação. O estudo da taxa de crescimento é importante, pois informa se uma cidade, um distrito ou um bairro sofrerá no futuro pressão demográfica por produtos e serviços privados ou públicos. No último período, a população fluminense cresceu apenas 1,28% ao ano e de forma bem heterogênea entre os municípios. O gráfico 1 mostra, entre os municípios selecionados, que a composição no crescimento populacional alterou-se bastante com as cidades periféricas ostentando taxas superiores em relação ao Estado. Destaques para Duque de Caxias e Nova Iguaçu que além de terem as maiores taxas no último período analisado, também foram às únicas a apresentarem crescimento entre os dois períodos. São Gonçalo, que tinha a maior taxa de crescimento anual, no segundo período intercensitário se mostra como a terceira maior e com uma média superior do Estado. A cidade do Rio de Janeiro, que tradicionalmente apresentava taxas de crescimento inferiores ao conjunto de municípios selecionados no último período estudado observou –se um leve incremento na taxa. Niterói, por sua vez, tornou-se o município com a menor taxa e bem inferior à média registrada para o Estado. Entre 1980 e 1991 o crescimento que era de 0,86% ao ano passa para 0,56% ao ano, uma queda significativa para uma taxa que já baixa. Acredita-se que o baixo crescimento registrado para Niterói e Rio de Janeiro esteja na incapacidade das cidades ofertarem imóveis a preços acessíveis e numa vigilância mais intensa por parte do poder público municipal em conter a favelização. Essas ações acabam empurrando, dessa forma, parte da

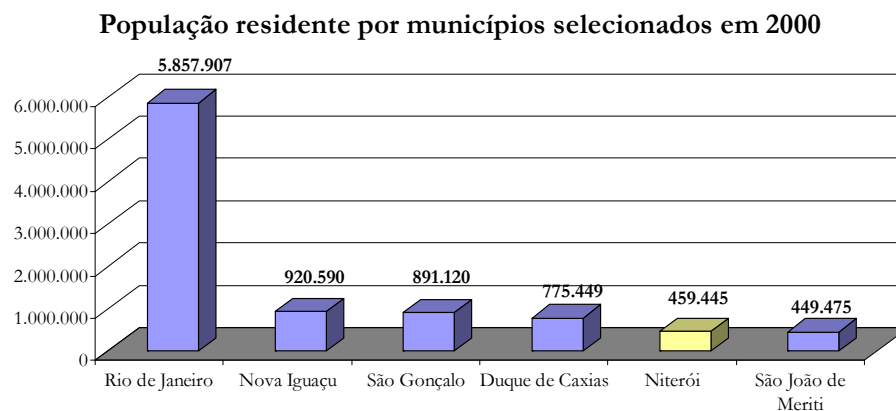
classe média e a população carente para as periferias onde se constata taxas de crescimentos bem acima da média.

Gráfico 1



No gráfico 2 mostra que a cidade do Rio de Janeiro é de longe a maior cidade do Estado. Detém mais de 40% da população do Estado e o somatório da população dos demais municípios contemplados no gráfico não passa de 60% da população da cidade do Rio.

Gráfico 2

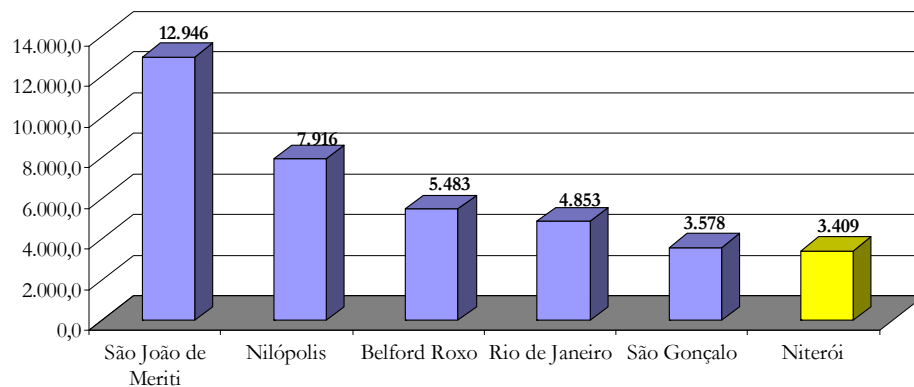


Niterói, por sua vez, com uma população de quase meio milhão de habitantes é a quinta maior no Estado do Rio e a sexta maior densidade demográfica, 3.409 habitantes por quilometro quadrado. Além disso,

geograficamente está localizada entre a segunda maior cidade do Brasil e a terceira maior do Estado.

Gráfico 3

As maiores densidades demográficas por municípios no Estado do Rio de Janeiro em 2000

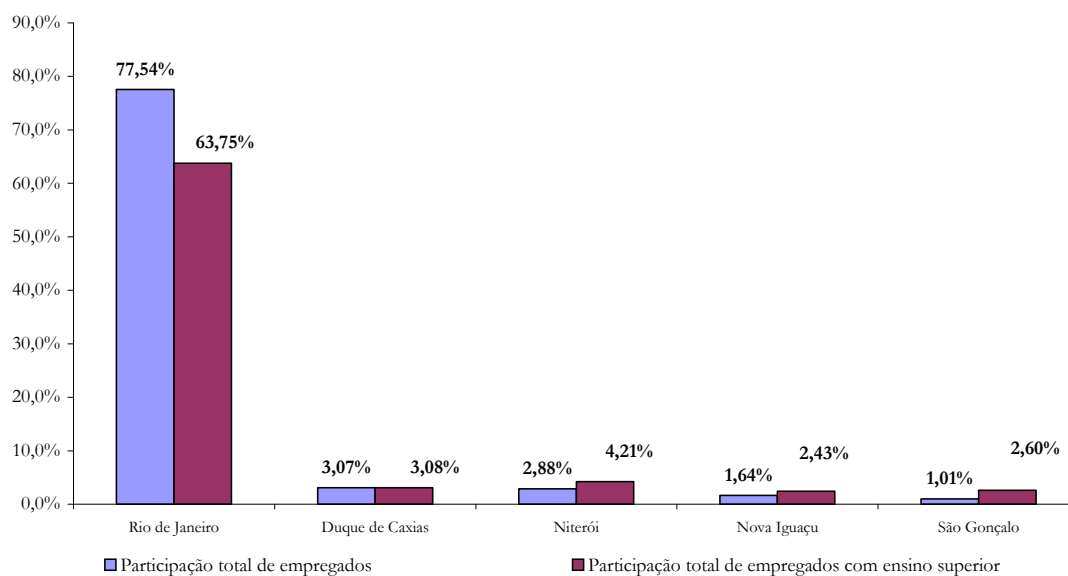


Por que será que Niterói, que é a 5ª cidade em população possui o segundo maior parque universitário do Estado?

Muito mais no setor privado do que no setor público, o quantitativo de pessoas escolarizada pronta para ingressar no ensino superior não é variável suficiente para incentivar o mercado de investir no parque universitário e sim a conjunção desse fator apresentado com a capacidade financeira do ingressante. Por essa razão o trabalho objetiva em apontar algumas variáveis explicativas que ajude entender porque Niterói, uma cidade com uma população bem inferior em relação aos municípios selecionados é o segundo município do Estado do Rio de Janeiro em número de cursos e vagas ofertadas.

Gráfico 4

Participação por município selecionado do total dos empregados e com ensino superior completo em relação ao Estado do Rio de Janeiro segundo a RAIS em 2000



A tabela 1 mostra que cinco municípios selecionados, Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias representam juntos, 62% da população de 18 a 49 anos do Estado do Rio de Janeiro. Em relação ao Estado do Rio o contingente do município de Niterói é de 3,8% do total. Quanto maior o nível de escolaridade maior é concentração de pessoas de 18 a 49 anos no grupo de municípios selecionados. Enquanto 49% da população sem instrução está localizada nesses cinco municípios, por outro lado, 84% do contingente com superior completo está residindo numa dessas cidades. Niterói, por sua vez, concentra 8% da população com ensino superior entre 18 e 49 anos. Ou seja, apesar de representar cerca de 3% da população com idade entre 18 e 49 anos do Estado, o município é o segundo, em termos percentuais, com pessoas com nível superior na mesma faixa etária. Para se ter uma idéia da importância

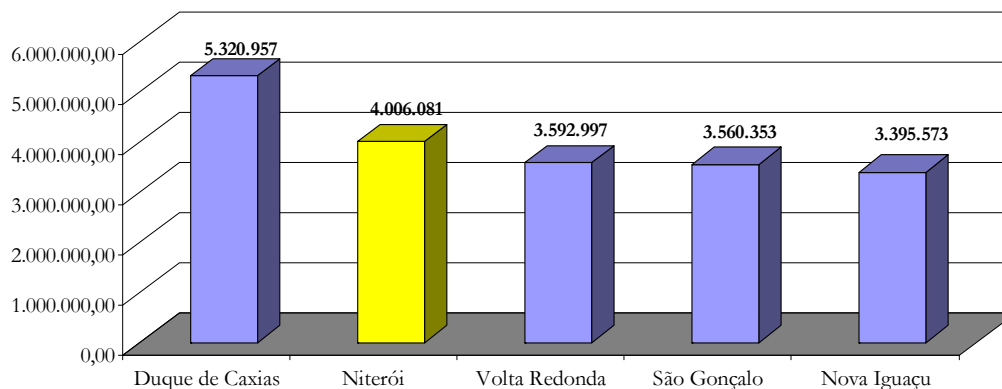
disso, os municípios de São Gonçalo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias juntos não chegam nem a metade do percentual de Niterói.

II. PIB

A cidade de Niterói foi à única, entre os municípios aqui selecionados, a manter a sua participação constante em 2,4% do PIB estadual entre 1997 a 2000. Segundo a Fundação CIDE os demais municípios apresentaram queda de participação no PIB estadual, Nova Iguaçu e São Gonçalo queda de 0,6 ponto percentual, Duque de Caxias queda de 1,9 pontos percentuais e a capital exibiu a maior queda 9,6 pontos percentuais no mesmo período. A economia de Niterói foi a menos afetada em comparação as outras cidades e atualmente tem o terceiro maior PIB entre todos municípios do Estado do Rio, como é possível observar no próximo gráfico.

Gráfico 5

Os maiores municípios por PIB, excetuando o município do Rio de Janeiro, em 2000



III. Renda

A cidade de Niterói possui a menor participação de pessoas sem rendimento e a maior porcentagem de pessoas ganhando mais de 3 salários

mínimos entre os municípios selecionados. Além disso, foi à única cidade, entre as selecionadas no gráfico 4, a apresentar o número de pessoas com mais de três salários mínimos superior ao número de pessoas sem rendimento. Além disso, o gráfico 5 mostra que Niterói possui a segunda massa salarial no valor de R\$ 951 milhões em 2000, sendo 28,5% superior a Duque de Caxias que ocupa a terceira posição. Além disso, a renda per capita, indicador importante para medir a força do mercado consumidor, mostra que Niterói detém a mais elevada entre todos os municípios, a ponto de ser 35,62% maior que a próxima mais alta, nesse caso, a cidade do Rio de Janeiro.

Gráfico 6

Participação da população sem rendimento e com rendimento superior a 3 salários mínimos no total da população dos municípios selecionados em 2000

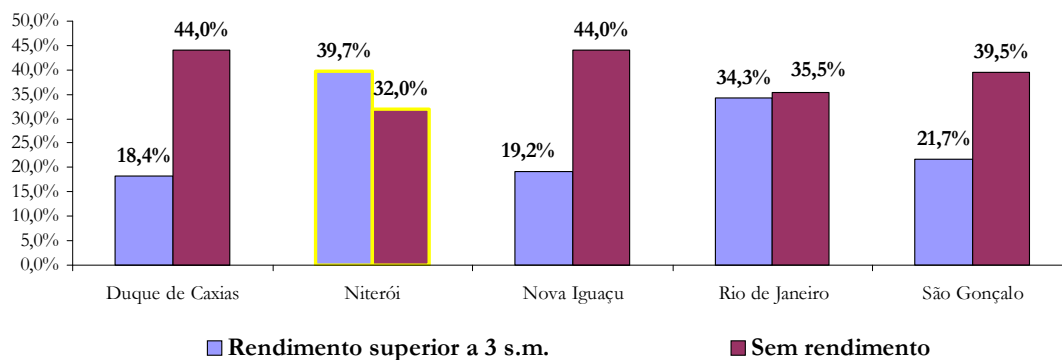


Gráfico 7

Os vinte municípios com as maiores renda per capita no Estado do Rio de Janeiro em 2000

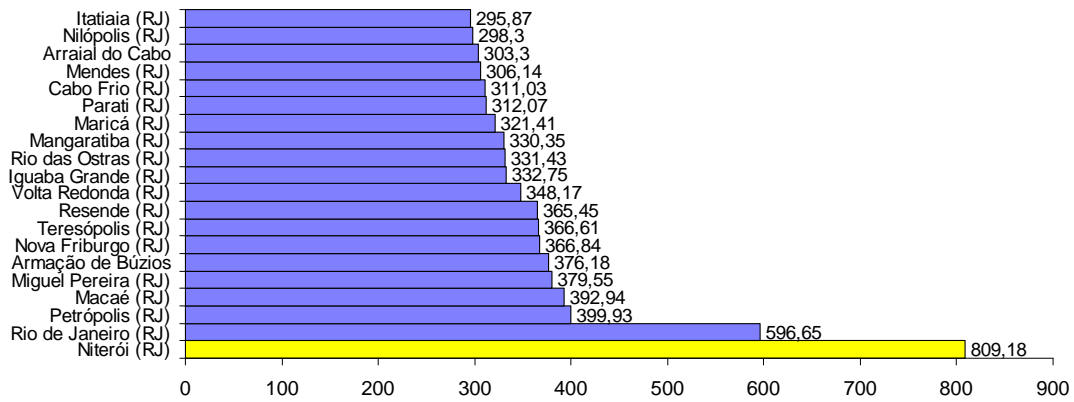
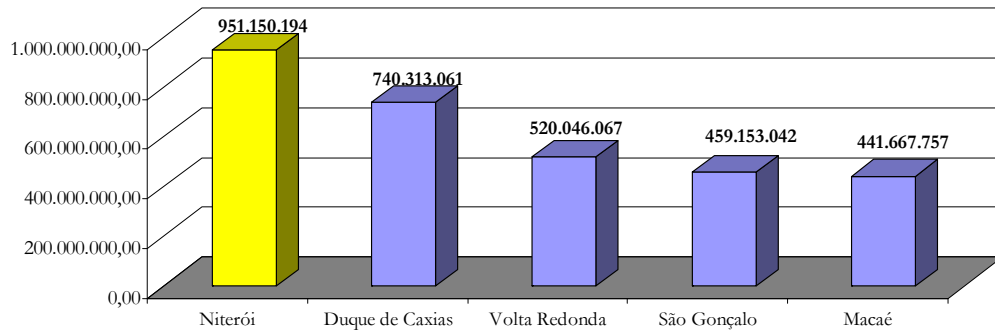


Gráfico 8

As maiores massas salariais por município, excetuando município do Rio de Janeiro, em 2000



IV. Mão-de-Obra Migrante e Posicionamento Geográfico

Levando em consideração outra fonte de informação a RAIS, tabulada pela Fundação CIDE, 63,75% dos empregados do Estado do Rio de Janeiro estão alocados na capital, 4,2% em Niterói, 3,1% em Duque de Caxias, 2,4% em Nova Iguaçu e 2,6% em São Gonçalo. Os trabalhadores qualificados com o ensino superior completo mostram-se basicamente mais concentrados. O Rio de Janeiro detém 77,5% do total, Duque de Caxias com 3,1%, Niterói com 2,9%, Nova Iguaçu com 1,6% e São Gonçalo com apenas 1,0% dos empregados com ensino superior do Estado.

Diante desse fato podemos chegar as seguintes conclusões sem muito rigor científico nesse momento. A cidade do Rio de Janeiro é importadora de mão-de-obra com nível superior, bem como Duque de Caxias, enquanto isso, Niterói, São Gonçalo e Nova Iguaçu exportam mão-de-obra de mesma qualificação. Niterói é o caso mais evidente. Detêm mais de 10% da população de 15 a 49 anos do Estado com o ensino superior completo, no entanto, apenas 2,9% do total empregados do Estado, com o mesmo nível de escolaridade, trabalham na cidade.

O Censo 2000 comprova esse comportamento. Aproximadamente 45.991 pessoas com mediana de 14 anos de estudo e rendimento mediano total de R\$ 1.200,00 em 2000 se deslocam de Niterói para o Rio de Janeiro. Os niteroienses que não migram têm rendimento de R\$ 400,00 e mediana de 8 anos de estudo. O caminho inverso, do Rio de Janeiro para Niterói, conta com 6.478 pessoas com 12 anos de estudo e renda mediana igual a R\$ 800,00. São Gonçalo envia para a cidade do Rio de Janeiro aproximadamente, 60.960 pessoas com mediana de 10 anos de estudo e rendimento mediano de R\$ 521,00 e para Niterói remete 74.396 pessoas com 8 anos de estudo e rendimento de R\$310,00.

Quantitativamente, o município de Niterói mostra uma necessidade bem inferior de investimento em ensino superior em relação às demais cidades

selecionadas, já que tal município revela a taxa de crescimento populacional mais baixa. No futuro a pressão por ensino superior na cidade deverá estar bem mais reduzida que nas regiões periféricas.

Por que então, Niterói, que possui bem menos pessoas aptas a cursar o ensino superior do que, por exemplo, São Gonçalo, conserva em sua área geográfica mais de 6 vezes a oferta de vagas em comparação ao município adjacente de São Gonçalo?

A posição geográfica de Niterói como vizinha de São Gonçalo, o terceiro município em quantitativo populacional. Aproximadamente 135.350 pessoas saem de São Gonçalo para o Rio de Janeiro ou Niterói, segundo o Censo de 2000 do IBGE, e voltam para dormir qualificando a cidade como dormitório. Esse migrante pendular de São Gonçalo é o mais escolarizado e possui o rendimento mais elevado dos que permanecem na cidade. Na ausência de um transporte de massa como metro ou trem e o reduzido número de ocupações de meio expediente e de remuneração suficiente para arcar com as despesas universitárias, parte da população de São Gonçalo terá um benefício maior em estudar em Niterói do que na cidade de origem, uma vez que, parte da população gonçalense já está em Niterói e a outra, que vem do Rio, grande parte passa pelo Centro de Niterói, pois utilizam a barca como um dos transportes para voltar à cidade de origem. . Ao optar em fazer uma faculdade em Niterói os gonçalenses evitariam o trânsito na hora do “rush” e a incerteza de chegar a tempo para a aula é bem reduzido. É importante lembrar que para alguns em função de uma jornada de trabalho igual ou superior a 8 horas seria impraticável chegar em São Gonçalo mesmo sob condições normais de fluxo de trânsito. Conseqüentemente, essa atitude aumenta o tempo “útil” das pessoas em outras atividades, uma vez que, há uma redução significativa do tempo gasto em transporte, já que, a locomoção ocorrerá, assim, em horário com baixo fluxo de veículos.

3. Niterói: Dados do Ensino Superior Niterói em Perspectiva Comparada

Pelo lado da oferta o município de Niterói é a segunda potência do Estado no ensino superior. O número de matrículas em Niterói é maior do que a soma de todas as matrículas da Baixada Fluminense e da Região dos Lagos. O número de vagas no parque educacional superior de Niterói é quase o dobro da oferta registrada na Baixada. Porém, na Baixada o indicador ingressante/vagas se mostra melhor, 0,75 ingressante para cada vaga, já em Niterói esse valor é de 0,60. A justificativa para isso pode ser que a educação superior em Niterói cresceu acima da necessidade ou os dados de oferta de vagas estão inflados pelas expectativas otimistas das faculdades locais.

Somando a oferta do ensino superior de Niterói com São Gonçalo é possível visualizar a força da primeira região no conjunto da área. Niterói tem 80,2% dos cursos, 81,8% das matrículas, 85,9% das vagas, 88,8% dos inscritos e captura para o seu interior 84,3% dos ingressantes.

Apesar de Niterói ter apenas 3,2% da população com 18 a 44 anos de idade do Estado, a participação da cidade no ensino superior é muito presente. Niterói detém 9,4% do número de cursos do Estado do Rio, 10,7% das matrículas, 10,5% das vagas, 14,3% dos inscritos e 10,4 dos ingressantes.

Diante de tantas variáveis relevantes apontadas nesse trabalho a favor de Niterói, pode se afirmar, com segurança, que o município é a cidade mais universitária do Estado do Rio de Janeiro. No ano 2000, ano de realização do Censo Demográfico, o ensino superior era oferecido nos municípios listados na tabela a seguir.

Tabela 1 – Dados Gerais do Ensino Superior , por municípios– Estado do Rio de Janeiro - 2000

REGIÃO/ Municípios	Dados Gerais do Ensino Superior – 2000				
	Nº cursos	Matrícula	Vagas	Inscritos	Ingressos
Munic. Rio de Janeiro.....	618	184.730	94.486	295.694	56.147
NITERÓI/SÃO GONÇALO...	124	39.443	18.624	70.357	11.453
Guapimirim.....	-	-	-	-	-
Itaboraí.....	3	556	398	318	241
Magé.....	-	-	-	-	-
Maricá.....	-	-	-	-	-
Niterói.....	97	31.794	15.662	62.203	9.451
São Gonçalo.....	24	7.093	2.564	7.836	1.761
Tanguá.....	-	-	-	-	-
BAIXADA FLUMINENSE.....	65	21.943	8.721	14.822	6.569
Belford Roxo.....	6	1.336	805	933	572
Duque de Caxias.....	26	11.106	3.086	7.168	2.947
Japeri.....	-	-	-	-	-
Mesquita.....	-	-	-	-	-
Nilópolis.....	6	1.681	430	885	390
Nova Iguaçu.....	21	6.841	3.240	5.158	2.192
Queimados.....	-	-	-	-	-
São João de Meriti.....	6	979	1.160	678	468
REGIÃO DOS LAGOS.....	6	796	375	822	368
Araruama.....	-	-	-	-	-
Armação de Búzios.....	-	-	-	-	-
Arraial do Cabo.....	-	-	-	-	-
Cabo Frio.....	6	796	375	822	368
Cachoeiras de Macacu.....	-	-	-	-	-
Casimiro de Abreu.....	-	-	-	-	-
Iguaba.....	-	-	-	-	-
Rio Bonito.....	-	-	-	-	-
Rio das Ostras.....	-	-	-	-	-
S. Pedro da Aldeia.....	-	-	-	-	-
Saquarema.....	-	-	-	-	-
Silva Jardim.....	-	-	-	-	-
MÉDIO PARAÍBA.....	70	13.586	9.355	13.849	4.320
Barra do Pirai.....	2	235	-	-	-
Barra Mansa.....	28	5.062	5.800	4.702	1.803
Itatiaia.....	-	-	-	-	-
Pirai.....	-	-	-	-	-
Porto Real.....	-	-	-	-	-

continuação

REGIÃO/ Municípios	Dados Gerais do Ensino Superior – 2000				
	Nº cursos	Matrícula	Vagas	Inscritos	Ingressos
Quatis.....	-	-	-	-	-
Resende.....	11	2.410	1.130	2.373	965
Rio Claro.....	-	-	-	-	-
Rio das Flores.....	-	-	-	-	-
Valença.....	12	2.417	770	2.403	636
Volta Redonda.....	17	3.462	1.655	4.371	916
CENTRO-SUL.....	21	3.580	1.950	1.666	1.272
Areal.....	-	-	-	-	-
Com. Levy Gasparian.....	-	-	-	-	-
Engenheiro Paulo de Frontin.....	-	-	-	-	-
Mendes.....	-	-	-	-	-
Miguel Pereira.....	-	-	-	-	-
Paracambi.....	1	142	50	228	49
Paraíba do Sul.....	-	-	-	-	-
Paty do Alferes.....	-	-	-	-	-
Sapucaia.....	-	-	-	-	-
Três Rios.....	2	176	90	304	89
Vassouras.....	18	3.262	1.810	1.134	1.134
SERRANA.....	45	11.892	6.431	14.339	3.771
Bom Jardim.....	-	-	-	-	-
Cantagalo.....	-	-	-	-	-
Carmo.....	-	-	-	-	-
Cordeiro.....	-	-	-	-	-
Duas Barras.....	-	-	-	-	-
Nova Friburgo.....	17	4.565	2.609	2.062	1.530
Petrópolis.....	19	5.342	2.746	9.056	1.408
Santa Maria Madalena.....	-	-	-	-	-
São José do Vale do Rio Preto.....	-	-	-	-	-
São Sebastião do Alto.....	-	-	-	-	-
Sumidouro.....	-	-	-	-	-
Teresópolis.....	9	1.985	1.076	3.221	833
Trajano de Moraes.....	-	-	-	-	-
NORTE.....	45	10.514	5.188	11.737	3.925
Campos.....	41	9.486	4.888	11.036	3.628
Carapebus.....	-	-	-	-	-
Cardoso Moreira.....	-	-	-	-	-
Conceição de Macabu.....	-	-	-	-	-
Macaé.....	4	1.028	300	701	297
Quissamã.....	-	-	-	-	-

São Fidélis..... - - - - -

REGIÃO/ Municípios	Dados Gerais do Ensino Superior – 2000				
	Nº cursos	Matrícula	Vagas	Inscritos	Ingressos
NOROESTE	19	3.691	2.200	3.572	1.474
Aperibé.....	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Itabapoana.....	-	-	-	-	-
Cambuci.....	-	-	-	-	-
Italva.....	-	-	-	-	-
Itaocara.....	-	-	-	-	-
Itaperuna.....	17	3.362	2.140	3.274	1.414
Laje de Muriaé.....	-	-	-	-	-
Miracema.....	1	117	0	0	0
Natividade.....	-	-	-	-	-
Porciúncula.....	-	-	-	-	-
Santo Antônio de Pádua.....	1	212	60	298	60
São José de Ubá.....	-	-	-	-	-
Varre-Sai.....	-	-	-	-	-
BAÍA DE ILHA GRANDE.....	22	5.818	1.540	9.123	1.496
Angra dos Reis.....	2	323	120	476	118
Itaguaí.....	-	-	-	-	-
Mangaratiba.....	-	-	-	-	-
Parati.....	-	-	-	-	-
Seropédica.....	20	5.495	1.420	8.647	1.378

Fonte: MEC/INEP. Censo do Ensino Superior

Observe que existem regiões que em 2000, na época do Censo Demográfico, só existiam IES em um ou dois municípios dentro da região. A expansão para 2002 se deu em número de cursos oferecidos dentro do município e não em novos municípios.

SOBRE O(S) AUTOR(ES)

Edson Nunes

Ph. D. em Ciência Política, U.C. Berkeley, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, graduou-se em direito e ciências sociais na UFF. Foi pesquisador e Vice-Presidente executivo do IPEA, Secretário Geral Adjunto do Ministério do Planejamento, Presidente do IBGE, Representante do Ministério do Planejamento no Rio de Janeiro e membro do Conselho de Administração do BNDES, e da Dataprev. É professor dos programas de mestrado de Direito e de Economia Empresarial da Universidade Candido Mendes e Diretor Geral do DATABRASIL - Ensino e Pesquisa. Atualmente, é presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e exerce a função de Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes (UCAM). Seus trabalhos recentes incluem artigos de natureza acadêmica e jornalística, bem como relatórios de consultoria para agências brasileiras e internacionais. É conferencista de vários programas de pós-graduação e de desenvolvimento gerencial, onde discute temas relativos à educação, conjuntura política, políticas públicas e o Estado brasileiro. Autor de *A Gramática Política do Brasil*, *A Revolta das Barcas: populismo, violência e conflito político*; *Reforma Administrativa*, *Reforma Regulatória: a nova face da relação estado-economia no Brasil*. Organizador dos livros *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social* e *State and Society in Brazil: continuity and change*. Co-autor de *Futuros Possíveis*, *Passados Indesejáveis: selo de qualidade da OAB*, *Provão e ensino superior no Brasil*; *Política Social e Reforma Fiscal: as áreas de saúde e educação no Brasil e Evolução*; *Institucionalização do Ensino superior Privado no Brasil: 1968-1990* e *Dilemmas of State-led Modernization in Brazil*.

Enrico Martignoni

Mestre em Estudos Populacionais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, graduado em ciências econômicas pela UFRJ. É pesquisador do DataBrasil - Ensino e Pesquisa. Participou na elaboração de uma nova metodologia de cálculo de déficit habitacional para todos os municípios de São Paulo na Fundação Seade.

Márcia Marques de Carvalho

Pesquisadora da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes e do Observatório Universitário. Professora do Mestrado em Economia Empresarial da Universidade Candido Mendes. Mestre em engenharia de produção pela UFRJ e graduada em estatística pela ENCE. Atua em projetos de pesquisa aplicada em educação superior, economia social e amostragem.

Documentos de Trabalho do Observatório Universitário

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. *Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.*
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. *Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas", Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)*
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Moraes. *Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".*
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. *janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, *fevereiro de 2003.*
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo"?**, Edson Nunes. *Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)*
7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, *março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*

8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.
10. **Governo de Transição FHC - Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas*, junho de 2003.
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas*, julho de 2003.
14. **Desconstruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título “Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios”. Documento de Trabalho no. 25.
15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, julho de 2003.
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Moraes e Márcia Marques de Carvalho, julho de 2003.
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.

19. **Segurança versus Insegurança**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, agosto de 2003.*
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003*
21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2003.*
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A **Universidade na Encruzilhada**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*
25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003.*
26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, janeiro de 2004.*
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, fevereiro, 2004.*

28. **Entre o Passado e o Presente**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, março de 2004.
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. *Série Educação em Números*, março de 2004.